

134

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

134

JULHO 2012

CSP
Condições
CENTRAL SINDICAL E POPULAR
FILIADO À **CONDSEF**

GREVE

do funcionalismo público federal
TOMA CONTA DO PAÍS

Pgs. 04-05



*É hora de
fortalecer a
mobilização em torno
da campanha salarial*

Editorial

**POR UMA POLÍTICA
DIFERENTE**

Pg. 02

Artigo

**O GOVERNO DO PT E
OS TRABALHADORES**

Pg. 03

Giro nos órgãos

**DNIT, SAÚDE,
DEFESA, FAZENDA
e ANATEL**

Pgs. 06-07

Entrevista

**A IMPORTÂNCIA
DA UNIDADE
DE AÇÃO**

Pg. 08

www.sindsef-sp.org.br



Por uma política diferente

Mais uma vez entramos em período eleitoral. E não é por serem eleições municipais que as vidas dos servidores públicos federais serão menos afetada. Os acordos, conchavos e articulações realizados com vistas às prefeituras e câmaras municipais têm relação direta com o loteamento político dos órgãos federais.

Como nós bem sabemos, muitos dirigentes de órgãos públicos colocam a máquina a serviço das campanhas. Se não de forma ostensiva, pelo menos valendo-se das facilidades oferecidas por seus cargos públicos para participar ativamente das negociações (e também das negociações) políticas.

Muitas vezes, o dinheiro público é a moeda de troca. Basta ver a recente notícia sobre fraudes em concursos públicos por todo o país. Prefeitos e vereadores simplesmente indicam às organizadoras dos concursos os candidatos que querem ver aprovados. Os contratos de terceirização também oferecem bons cabides de emprego. É essa a política que queremos?

Outra notícia que chamou a atenção recentemente foi a aliança entre o PT e Paulo Maluf em torno da candidatura de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo. Quem diria, não? O maior ícone da corrupção na política brasileira e parceiro da ditadura aparecendo na foto apertando a mão de Lula. Será que a política é mesmo um vale-tudo?

Hipotecar nosso futuro às alianças eleitoreiras, nem pensar! O projeto de esquerda não se constrói nos gabinetes dos caciques políticos. Constrói-se na luta cotidiana da classe trabalhadora. Na organização nos locais de trabalho, nas greves, nas ruas, no debate franco e aberto. É pela ação direta dos trabalhadores que haveremos de transformar esse país.

Isso não significa que devemos boicotar as eleições municipais. Mas, sim, verificar quais candidaturas se apresentam com uma proposta diferente do que está aí. De rejeitar alianças com a direita em torno da mera conquista ou manutenção do poder. De colocar os seus mandatos a serviço da classe trabalhadora. De promover uma transformação efetiva da sociedade. Essas candidaturas existem? Só tem um jeito de saber: prestando muita atenção no que esta campanha eleitoral tem a nos oferecer.



Charge: Renato Martins

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2012

ABRIL

MAIO

SALDO INICIAL	R\$ 88.282,09	R\$ 72.474,09
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 198.791,11	R\$ 186.539,53
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 41.000,63	R\$ 37.047,64
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 59.112,32	R\$ 123.141,64
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 46.762,16	R\$ 29.647,81
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 34.106,79	R\$ 32.983,46
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 6.550,30	R\$ 8.130,30
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 1.044,30	R\$ 5.628,84
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 20.014,48	R\$ 11.611,98
VEICULO (Seguro, prestação, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 4.051,57	R\$ 4.069,32
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 1.956,56	R\$ 3.643,02
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 214.599,11	R\$ 255.904,01
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ -15.808,00	R\$ -69.364,48
SALDO FINAL	R\$ 72.474,09	R\$ 3.109,61

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



O Governo do PT e os trabalhadores

A crise econômica internacional ainda não chegou ao país como uma recessão, mas já afeta a economia através de uma desaceleração forçada. Com isso, mais uma vez, os trabalhadores são sacrificados para preservar aqueles que têm muito dinheiro e nada querem perder.

O governo Dilma impõe cortes no orçamento, ataca à poupança e aprofunda a precarização no setor público. Por outro lado, concede isenções e subsídios às empresas, como no último pacote de estímulos às montadoras que inclui cortes de IPI e IOF. As indústrias também contarão com empréstimos subsidiados pelo BNDES para a compra de máquinas, com juros baixíssimos. A previsão é que o governo gaste pelo menos R\$ 2,7 bilhões com esta medida. o Governo Dilma já deu R\$ 102 bilhões à indústria em incentivos, mas os empresários continuam demitindo os trabalhadores.

Enquanto isso, setores como a Saúde e a Educação são cada vez mais precarizados. As universidades federais, por exemplo, se encontram

em uma situação de extrema penúria e descaso. O mais importante programa para educação do PT, o Reuni, é objeto da maior greve das universidades dos últimos anos, que está parando professores funcionários e estudantes em todo o país.

Todas as longas negociações em busca de uma maior valorização do serviço público e melhores condições de trabalho, essenciais para a garantia dos direitos sociais de toda a população, porém, não avançaram, sob o argumento de que não existem os recursos suficientes para o atendimento das demandas. Sabemos que os recursos existem, entretanto, estão sendo utilizados apenas para favorecer os ricos.

A crescente destinação de recursos para o pagamento de juros e amortizações, uma vez que o governo segue destinando metade do orçamento para isso, tem levado a contingenciamentos cada vez maiores, impedindo os reajustes dos salários dos servidores públicos, bem como o atendimento das necessidades sociais da população.

O modo petista de governar

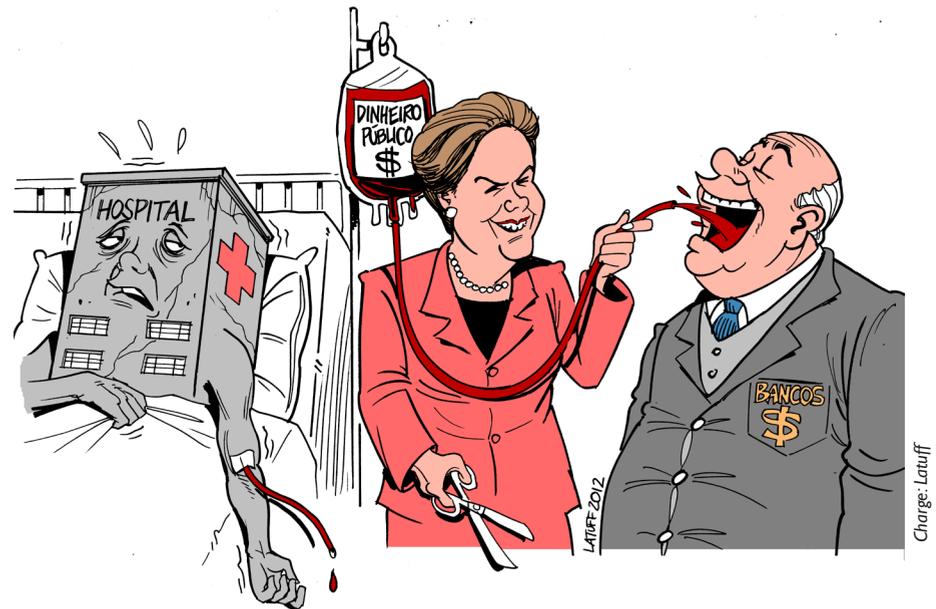
Os trabalhadores acreditaram que os petistas iriam governar de forma diferente e que suas vidas finalmente iriam mudar. Porém, os trabalhadores não têm o que comemorar. Pouca coisa mudou em relação aos políticos tradicionais, seja do ponto de vista das prioridades, seja do ponto de vista dos métodos.

Se a corrupção, por exemplo, atinge abertamente o DEM do senador Demóstenes, o PSDB do governador Marconi Perillo, também envolve o governador Agnello Queiroz do PT. Toda a cúpula do PT está diretamente envolvida no escândalo de corrupção com o mensalão.

A aliança anunciada pelo PT com Paulo Maluf para a Prefeitura de São

Paulo é uma vergonha. Paulo Maluf representa o que há de mais atrasado na direita brasileira. Foi o prefeito “biônico” e depois governador de estado pela ARENA, partido da ditadura. Colaborou na perseguição aos ativistas políticos que lutaram contra o regime militar. Reprimiu as manifestações pela redemocratização do país. Criou a ROTA para assassinar o povo pobre nas periferias. Esteve envolvido em inúmeros escândalos e casos de desvios de verbas, seu nome está na lista vermelha da Interpol e já deveria estar na cadeia.

A aliança do PT com Maluf só pode ser explicada pela completa descaracterização desse partido.



A trajetória do PT

O PT surgiu das greves operárias dos anos oitenta e se construiu como o maior partido da história da classe trabalhadora brasileira. Disputou o segundo turno das eleições presidenciais de 1989, contando apenas com as contribuições e militância voluntárias do partido. Mantém-se até hoje como o partido de maior influência no movimento operário e sindical, mas perdeu apoio entre os setores mais combativos. Na verdade, o PT mudou bastante.

O PT deixou de ser uma preocupação para a burguesia brasileira que o apoiou, materialmente, já nas eleições presidenciais de 1994. Grande parte da burocracia sindical da CUT, principal braço de apoio do PT entrou no mundo dos negócios através das participações na gestão de fundos públicos.

Infelizmente, a adaptação à democracia dos ricos trouxe também a utilização dos mesmos métodos de corrupção e alianças dos partidos burgueses. Em 2005, o PT atravessou a crise mais séria de sua história com as denúncias do mensalão envolvendo várias de suas principais

lideranças, deixando o partido desmoralizado entre os setores mais críticos do ativismo operário, popular e estudantil.

Entre 2003 e 2010, Lula fez um governo que recebeu aplausos quase unânimes dos maiores banqueiros, empreiteiros e latifundiários, que nunca lucraram tanto. Há um ditado que diz que as cabeças acompanham o chão que os pés pisam. E a direção do PT deixou de pisar as portas de fábrica, e passou a pisar os tapetes dos parlamentos e dos palácios. Deixou de correr os riscos que são inerentes às lutas operárias e populares, e escolheu o conforto à volta de mesas cercados de autoridades que representam a riqueza e o poder.

Por esta razão, os trabalhadores não devem ter ilusões no PT, nem em nenhum outro partido da burguesia. Mas também não devem se desanimar. É preciso buscar alternativas. Devem manter suas organizações independentes dos governos e dos patrões. Devem apostar em sua organização e poder de mobilização para conseguir lutar por seus direitos e barrar os ataques em curso.



Rumo ao Acampamento Unificado da GR

Greve do funcionalismo atinge 22 e

A luta em torno da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais atingiu um novo patamar entre os meses de junho e julho. O funcionalismo está em greve em todo o Brasil devido à falta de perspectiva de negociação ou qualquer resposta do governo acerca das reivindicações do setor e ao descaso com os serviços públicos. Desde 2003 os servidores públicos não realizavam uma greve geral. Neste sentido, o momento marca um registro histórico de retomada de ações conjuntas no funcionalismo público.

A greve, indicada pelo Fórum Nacional de Entidades para começar no dia 11 de junho, foi antecipada pelos docentes das universidades federais no dia 17 de maio e ganhou força com a entrada de outros setores.

Construção da greve geral

O movimento grevista encabeçado pelo ANDES-SN se aproxima de completar dois meses, com adesão de 56 das 59 universidades brasileiras e 37 institutos federais. Os técnicos administrativos também decretaram greve. Logo na primeira semana 35 universidades aderiram e o número já chegou a 56. Ainda na educação, no dia 13 de junho foi deflagrada a greve dos servidores dos IFs (Institutos Federais de Ensino ou Escolas Técnicas e Tecnológicas). Já são mais de 100 campus parados.

Combinada a essa realidade, a greve estudantil chega a 40 universidades. À frente da construção do processo está a ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livres), que é uma entidade filiada a CSP-Conlutas. A pauta específica é contra a política do REUNI

Processo de negociação

Até o momento o governo tem feito vistas grossas em relação ao movimento grevista nacional. Continua estendendo o prazo para 31 de julho e não chama as categorias para negociação.

Para a CSP-Conlutas, esse prazo é usado pelo Governo Dilma com objetivo de ganhar tempo para negociar com os credores da dívida pública, bancos e com privilegiados pela política de renúncia fiscal – grandes empresas, indústrias automobilísticas etc. Depois de garantir o montante do orçamento da União para estes (e para os esquemas de corrupção), o governo vai avaliar como

(Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) - uma expansão limitada, implementada sem condições estruturais e em meio à precarização das relações de trabalho. Também denuncia as péssimas condições dos restaurantes universitários e a privatização dos hospitais universitários e, especialmente, destaca o apoio às demais greves.

No contexto da construção da greve unitária, a partir do dia 18 de junho a base da CONDSEF e do SINDSEF-SP iniciou o processo de adesão. O INCRA foi o primeiro a parar e é onde a mobilização está mais forte em todo o Brasil. Aos poucos, diversos outros órgãos deliberam greve, a exemplo da FUNAI, SAÚDE, FUNASA, SESAI, FAZENDA, IPHAN e SPU. A cada dia o movimento cresce mais.

distribuir o que sobrou para todo o serviço público.

Do ponto de vista das reivindicações, Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, que participa das mesas de negociação junto ao MPOG, frisa que os servidores não abrem mão da recomposição salarial para todos. “Essa é a defesa mais global do Fórum”, disse.

Segundo Barela, a melhor forma do governo resolver o problema é atender a pauta geral. “Nós estamos abertos ao debate de fazer o desmembramento da pauta. Os 22,28% de recomposição sa-

Até a publicação desta edição, a greve já atingia 22 estados (PA, SE, AP, MT, MS, PR, RJ, GO, MA, TO, PI, CE, PB, SP, RO, RS, PE, MG, AM, BA, ES, AC) e o Distrito Federal. Isso sem falar que muitos órgãos realizam paralisações em dias variados, como é o caso da SRTE/MTE em São Paulo.

A greve na seguridade social, deliberada no dia 20 de junho, também está em estágio crescente com paralisações na área da saúde em vários estados (CE, PA, PR, RS, SC, SP) e o DF.

Os servidores do judiciário de São Paulo, que lutam pelo Plano de Cargos e Salários (PCS), aderiram ao movimento no dia 28 de junho. A categoria realizou o que chamou de “apagão eleitoral”, entre os dias 2 e 5 de julho, com intuito de inviabilizar a inscrição dos candidatos à eleição e colocar pressão sobre a cúpula do poder Judiciário.

larial podemos desmembrar em 10,53% - que é a recuperação inflacionária - e mais os 7,5% e os 4,7% da variação do PIB. Nós até trabalharíamos com isso de curto a médio prazo. Os índices do PIB devem ser trabalhados como correção de distorções, enquanto a demanda imediata, que são os 10,53% referentes à inflação, deve ser concedido ao conjunto dos servidores de forma linear. Se o governo apresenta discordâncias com isso, então que ele apresente alguma contraproposta. Se abrir concessão apenas para um setor, vai provocar a radicalização de outro”.



Docentes participam do ato co

Calendário de ações

O Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Federais, reunido no dia 26, definiu que a política é de fortalecimento das ações durante a greve e sua ampliação.

As próximas semanas serão de atividades conjuntas nos estados com ações intensificadas e avanço dos Comandos Nacionais de Greve das diversas categorias.

Entre os dias 16 e 20 será realizado o Acampamento Unificado da Greve Nacional dos Servidores Federais em Brasília. Durante o período do acampamento serão realizadas diversas ações unitárias.

No dia 18 de julho vai acontecer uma nova marcha em Brasília, que pretende reunir servidores e estudantes, muitos grevistas, de todo o Brasil.

O calendário do período será fechado com uma plenária nacional unitária de todos os servidores em greve.

GREVE NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS

Estados do país e o Distrito Federal



Fonte: Notícias Bol

Encontro dos servidores, realizado no dia 28 de julho.

São Paulo

O mês de junho contou com assembleias e paralisações em órgãos da base do Sindsef-SP. Aconteceram paralisações de 24h na SRTE/MTE e na SPU e de 48 horas no IPEN. Na FUNDACENTRO os servidores também pararam durante um momento.

No dia 02 de julho aconteceu a Assembleia Estadual do Sindsef-SP. Antes da atividade, foi iniciada a greve no INCRA e houve assembleia no IBAMA, no MTE e no DNPM. Os servidores do IBAMA decidiram entrar em estado de mobilização e os do DNPM em estado de greve. No MTE, foi deliberada a realização de paralisações.

Durante a assembleia do sindicato, os trabalhadores do MTE apontaram a necessidade de rever o acordo de compensação da greve de 2011, assinado pela CONDSEF. No Encontro Setorial da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, os representantes dos servidores vão pedir a anulação do acordo, já que o governo não cumpriu sua parte e, ainda, dificulta os mutirões.

A Assembleia Estadual do Sindsef-SP deliberou, por unanimidade, que a categoria está em greve por tempo indeterminado e em assembleia permanente, tanto nos órgãos como em nível geral, a partir de 11 de julho.

Também foi aprovada a participação nas atividades nacionais e a realização de um ato junto a outros sindicatos, em frente à sede da GEAP, no dia 17 de julho, entre outras ações.

Greve na Superintendência Regional do INCRA



Servidores da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo em greve.

Os servidores da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo aprovaram greve em assembleia realizada no dia 28. A paralisação por tempo indeterminado, que começou na primeira semana de julho, além de seguir as reivindicações da campanha salarial unificada, protesta contra o loteamento político das superintendências regionais.

Uma moção de repúdio à nomeação de Wellington Diniz Monteiro para o cargo de superintendente foi divulgada no dia 6 de junho, assinada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (Sindsef-SP), Associação dos Servidores do Inkra em São Paulo (Assinra/SP) e Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Inkra (Assinagro).

A insatisfação com mais uma mudança no comando se dá após o histórico de falta de gestão no órgão, que tem o quinto superintendente no cargo no

período de um ano. O superintendente que mais tempo ficou no cargo na última década deixou um enorme passivo e sua passagem pelo órgão foi marcada por forte assédio moral, graves desvios éticos e grande irresponsabilidade administrativa, passando por uma condenação por improbidade administrativa e culminando na Operação Desfalque da Polícia Federal.

Os servidores cobram critérios técnicos para a nomeação de superintendente e denunciam o descumprimento da Portaria 99 de 2000, que dispõe sobre a nomeação dos superintendentes regionais do órgão.

“Estamos em greve e com muita expectativa que as outras categorias em São Paulo consigam aderir. No INCRA, acredito que só dois estados do país não aderiram. É o momento da gente se incorporar e fortalecer o movimento”, disse a servidora Cristina Sato.



Servidores do DNIT podem comemorar importantes vitórias

Os servidores do Departamento Nacional em Infraestrutura de Transportes – DNIT – vêm avançando no processo de tornar o órgão mais técnico e com menos interferência política. Neste sentido, no dia 08 de maio de 2012 foi publicada a portaria 191, expedida pelo Ministério do Planejamento, que aprova a realização de concurso público para contratação de 1.200 novos servidores.

Os aprovados irão substituir terceirizados e ocupar cargos vagos de servidores, que assumiram vagas nas altas instâncias da direção, anteriormente ocupada por indicações políticas. Trata-se de um recorde na história da autarquia, pois nunca existiu

uma contratação tão numerosa em um único certame.

Outra conquista importante foi a ida de servidores concursados a Bélgica para realização de um curso de capacitação e troca de experiências por três semanas.

As transformações que estão ocorrendo na autarquia são fruto do desmonte político iniciado em julho de 2011, quando a presidente da República foi obrigada a exonerar toda a cúpula do DNIT por indícios de corrupção em obras de rodovias federais. À época a categoria reivindicou, através de manifestações, a reestruturação imediata do órgão, pois era inaceitável continuar vendo as ingerências políticas, sem nenhuma preocupação com o fato de

estar degradando a instituição, além de tratarem os servidores como peças sem utilidades.

Os servidores do DNIT tem apontado o caminho para que o órgão saia da crise institucional enraizada há anos. Realização de concurso, portarias concedendo vagas a servidores de carreira aos cargos da alta Administração, regulamentação da promoção e da progressão e a capacitação são ações tardias, porém eficazes e de esperança.

Mas os servidores não poderão baixar à guarda e tem que continuar lutando, pois em algumas superintendências ainda existem cargos sendo ocupados por indicados políticos, dando



Ato realizado no dia 13 de julho, onde os servidores pediam a moralização do DNIT

marginem para o assédio moral e as especulações de corrupções. O DNIT não conquistará nível mais qualificado enquanto os resquícios do passado persistirem latentemente na vida do trabalhador. Lutar é preciso e sempre será necessário.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Governo recebe representantes da categoria, mas reunião termina sem avanços

No dia 21 de junho foi realizada uma reunião com representantes da Condsef, do Ministério da Defesa e do Ministério do Planejamento (MPOG). Em pauta: Gratificação de Qualificação (GQ); Inclusão dos servidores do PGPE, lotados nas organizações de tecnologia militar no PCCTM; Concurso Público para o Nível Auxiliar (NA) e Tabela Remuneratória.

Segundo a representante do MPOG, Marcela Tapajós, ignorando que a discussão se arrasta há mais de 4 anos, não há previsão para regulamentação do decreto que trata da GQ. Sobre a inclusão dos servidores do PGPE no PCCTM, Tapajós afirmou que esta sendo feito um levantamento sobre os impactos financeiros e que só se posicionarão após o resultado.

Outro ponto sem definição foi a realização de concurso para nível auxiliar, o governo diz não ter posição contrária e que a matéria está em estudo. Já a tabela remuneratória vai fazer parte da pauta da próxima reunião, prevista para o dia 18 de julho, pois o Planejamento alegou não ter recebido a proposta.

O encontro não trouxe nenhum avanço. Mais uma vez faltou a apresentação de propostas concretas para a categoria. Esta é a tática da equipe de Dilma, mesas de enrolação e distribuição de cafezinho. O funcionalismo merece ser tratado com respeito e seriedade.

ANATEL

Fim da flexibilização da jornada de trabalho

Enquanto enfrentam o governo federal para defender mais investimentos no serviço público e demais bandeiras da Campanha Salarial Unificada, os funcionários da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) sofrem um duro golpe na luta pela flexibilização da jornada de trabalho.

Infelizmente, em maio de 2012, foi revogada a portaria que institui o horário flexível no órgão, resultado de uma queda de braço entre o MPOG e a ANATEL. Na interpretação do Planejamento com a jornada flexível os funcionários ficavam devendo uma 1 hora de trabalho, o que tornava esta iniciativa ilegal. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu a legalidade da portaria 430/09, assinada pelo presidente da agência à época.

Como funcionava

Desde 2009, os servidores podiam cumprir uma jornada de sete horas ininterruptas e na oitava hora ficavam de sobrelavado para trabalhar de acordo com as necessidades da ANATEL e, assim, completar às 40 horas semanais exigidas ao funcionalismo público.

Este modelo trouxe ganhos para a sociedade, pois permitiu ampliar o atendimento à população (7h às 20h), e para os trabalhadores possibilitou melhorias na qualidade de vida. Por três anos os servidores desempenharam suas funções neste regime de horário.

Vale ressaltar, que durante este período houve significativa redução nas faltas ao trabalho, aumento da produtividade e redução no índice de evasão para outros empregos.

O ponto de vista do ministério do planejamento é retrógrado. “Uma interpretação legalista ignorou as conquistas de qualidade, tanto no atendimento, quanto na vida dos servidores”, afirma o servidor Wellington Aguiar.

Mas os servidores irão recomeçar a campanha pela jornada flexível. Além disso, acompanham as negociações em torno da campanha salarial e, também, lutam pela criação de uma carreira única para os órgãos reguladores, questão de interesse do conjunto dos servidores que atuam nas agências reguladoras.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Servidores paralisaram as atividades dia 27 de junho



Foto: Fábria Corrêa

Dia de Luta da Seguridade Social - Ato realizado no dia 30 de maio em São Paulo

Os servidores públicos federais do Ministério da Saúde em São Paulo aderiram ao movimento nacional dos SPFs, em greve pela campanha salarial unificada, e paralisaram as atividades no último dia 27. Além da pauta unificada, a categoria cobra equiparação salarial com a tabela do INSS, fim do assédio moral, melhores condições de trabalho e jornada de 30 horas para todos.

A falta de investimento na parte de RH é outra reclamação dos servidores. Há anos o governo federal não realiza concurso público para a área da Saúde, esta realidade é agravada com o grande número de trabalhadores em idade para se aposentar e com a saída dos mais jovens em busca de melhores salários.

A redução do quadro de funcionários e a falta de infra estrutura comprometem o atendimento à população. Além de não ter garantidas as mínimas condições de trabalho, os servidores ainda sofrem constantemente com o assédio moral praticado por chefias despreparadas.

A paralisação no MS atinge mais de 10 estados e desde o início da greve, 18/06, a sede do Ministério em Brasília encontra-se fechada. Em São Paulo cerca de 60% dos trabalhadores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde aderiram ao movimento.

Diretor do Sindsef-SP, Eunício Martins, parabenizou os servidores pela iniciativa e afirmou que a mobilização é único caminho para conseguir pressionar o governo a atender as justas reivindicações da categoria.



Foto: Fábria Corrêa

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Quadro reduzido de servidores gera sobrecarga de trabalho e adoecimentos



A necessidade de atingir metas para evitar a redução dos salários tem causado graves problemas de saúde aos servidores federais em toda a administração pública. A demanda cresce em todos os setores, porém os recursos humanos são insuficientes para executá-los. Mais trabalho, menos mão de obra e mais pressão devido à avaliação de desempenho. O resultado são servidores adoecidos.

Enquanto se desdobram para alcançar uma boa avaliação pessoal e manter a avaliação institucional em alta, a excessiva fiscalização e as urgências com que todos os trabalhos são pedidos causam transtornos à saúde do trabalhador. Entre os sintomas mais comuns estão dores generalizadas, pressão alta, palpitações, insônia ou sonolência e problemas digestivos.

No Ministério da Fazenda esta é a principal queixa dos servidores. Por exemplo, em um setor onde já trabalharam 11 pessoas, atualmente há menos da metade e precisam dar conta de todo o serviço. “A necessidade de realização de concurso público é urgente”, afirma um servidor sem tirar os olhos da tela do computador.

No entanto, apesar do Ministério do Planejamento ter divulgado autorização para a realização de concurso público para cargos de Assistente Técnico-Administrativo do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, não existe expectativa de renovação do quadro em São Paulo, pois não há previsão de vagas para o estado.

Outro ponto negativo é a evasão dos servidores. A baixa remuneração levou a saída de mais de 30% dos funcionários empossados no último concurso.

Questionados quanto às instalações físicas, equipamentos e maquinários as declarações mostram que houve investimentos, porém, insuficientes. Também foi informado que está em andamento um projeto de reforma do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo, que prevê a modernização das partes internas do prédio. Mas a conclusão da obra está prevista só para 2016.

Por esta razão, a reivindicação de realização de novos concursos é uma das prioridades dos servidores públicos federais.



“Toda unidade é importante, pois soma força ao movimento que terá, assim, mais chances de dobrar a intransigência do governo”

Sem alternativa, após 4 meses de negociações vazias, os servidores públicos federais deflagraram greve nacional unificada contra o congelamento salarial e as políticas do governo Dilma Rousseff. A paralisação já atinge diversos segmentos e cresce por todo o país. O Jornal do Sindsef conversou com o membro da diretoria executiva da CSP-Conlutas, José Maria de Almeida, sobre a importância da unidade de ação para enfrentar os ataques do governo.



Jornal do Sindsef - Nesse momento em que há uma crise econômica no mundo e os trabalhadores resistem aos ataques a seus direitos, que semelhanças você vê em relação ao processo de greve no funcionalismo federal no Brasil?

Zé Maria - O Brasil vive ainda uma situação diferenciada, no que diz respeito ao patamar da crise econômica que assola a Europa. Mas a política econômica aplicada aqui, pelo governo Dilma tem o mesmo viés: Reduzir os gastos com as políticas públicas que possam melhorar a vida do povo, para poder repassar mais recursos para os bancos e grandes empresas, como os incentivos destinados aos fabricantes de automóveis que o governo federal acabou de definir. Destinar cada vez mais recursos públicos para socorrer os bancos e grandes empresas (mesma fórmula usada na Europa), é o que leva o governo Dilma a não atender as reivindicações dos servidores públicos. Esta é a base da greve que está em curso neste momento.

JS - O Governo Dilma está desferindo ataques aos servidores como uma suposta forma de se precaver dos efeitos da crise econômica mundial. Você considera que estes ataques se restringem ao funcionalismo público?

Zé Maria - Não, estes ataques atingem toda a classe trabalhadora. Por exemplo, agora mesmo estamos vendo a tentativa do governo de

aprovar no Congresso Nacional, uma lei relacionada a aposentadoria dos trabalhadores que, com o fator 85/95 mantém os mesmos efeitos perversos do Fator Previdenciário, e além disso pretende impor idade mínima para aposentadoria (60 anos para a mulher e 65 anos para os homens). A intenção é a mesma, diminuir gastos com os trabalhadores para sobrar mais recursos para as grandes empresas. E isso atinge toda a classe trabalhadora e não apenas o funcionalismo.

JS - O funcionalismo está construindo um processo de greve unificada. Como você avalia o esforço de buscar a maior unidade possível de todos os setores?

Zé Maria - Acho fundamental o esforço pela unidade. O governo do PT, pelos compromissos que tem com o grande empresariado, vai resistir muito antes de atender qualquer das reivindicações dos grevistas. Por isso toda unidade é importante, pois soma força ao movimento que terá assim, mais condições de dobrar a intransigência do governo. A unidade que temos hoje ainda não é a ideal, não temos uma pauta comum para todos os servidores, que permitisse uma negociação comum e uma greve efetivamente unificada. Mas o que alcançamos neste ano é um avanço muito importante em relação aos anos anteriores. Há muitos setores em greve ao mesmo tempo. É preciso agora desenvolver ações conjuntas para pressionar o governo

a atender as reivindicações de cada setor. Mas para os anos seguintes temos de seguir avançando no aprimoramento da unidade do funcionalismo para enfrentar o governo.

JS - A unidade dos trabalhadores é uma condição importante para obter vitórias nas suas lutas. Mas como vencer as desconfianças quanto a fazer unidade com entidades da base das centrais governistas?

Zé Maria - A melhor forma é avançar na luta concreta, como viemos fazendo desde o final do ano passado, criando as condições para as greves que estão ocorrendo agora. Há muitos problemas com as direções governistas, mas, cada vez mais, elas são obrigadas pela pressão da base a agir. Há espaço para luta, pois o governo esta massacrando todos os servidores, inclusive os que estão na base das Centrais governistas. Precisamos confiar nas bases das organizações que são dirigidas por elas. Com certeza estas bases vão responder positivamente ao nosso chamado.

JS - Pra finalizar, deixe uma mensagem aos servidores da base do Sindsef-SP.

Estamos em um momento importante da luta dos servidores. Tenham confiança em si mesmo, se reanimem em torno do seu sindicato e lutem! Não há caminho diferente deste para se obter o atendimento de suas reivindicações. E, nesta luta, podem contar com a CSP-Conlutas. A luta de vocês é a nossa luta!

Contra a Criminalização do Movimento

Os estudantes da UNIFESP/Guarulhos estão em greve desde o dia 22 de março, reivindicando melhorias que garantam uma universidade pública de qualidade.

No dia 14 de junho a Polícia Militar promoveu uma manifestação inequívoca de que se orienta pela criminalização dos movimentos sociais e de todos os que lutam por um país melhor: prendeu 26 e indiciou 22 estudantes que democraticamente utilizavam do constitucional direito à livre manifestação.

Esta situação nos remete aos anos duros da ditadura. É inadmissível que aqueles que lutam sejam tratados como criminosos pelas mãos de um governo que se diz democrático.

A UNIFESP, um órgão público federal, abrigou em suas dependências uma ação violenta, promovida por força de segurança pertencente à esfera estadual, portanto, de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.

Este fato nos leva a crer que existem duas hipóteses: uma aliança entre os governos federal e estadual nessa política de criminalização ou a total incapacidade de um reitor e de um diretor acadêmico de garantir um processo de negociação efetivo que resolva o conflito instalado.

Repudiamos as atitudes antidemocráticas ocorridas no Campus da UNIFESP de Guarulhos realizadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e as ações praticadas pelo reitor que divulga fatos em nota oficial, não condizentes com a verdade, com o objetivo de criar embustes para criminalizar o movimento estudantil. As imagens divulgadas pela imprensa deixam claro que o que imperou no lugar da negociação, foi a truculência e o uso abusivo das forças repressoras do estado.

O Sindsef-SP e demais entidades de todo país protocolaram um ofício na Presidência da República exigindo providências. **Confira no site!!**